

## **Nas trilhas do sujeito jovem: entre práticas de institucionalização e políticas públicas**

On the tracks of the young subject: between institutionalization practices and public politics

Oriana Holsbach Hadler; Neuza M. F. Guareschi

Pontifícia Universidade Católica do R. G. do Sul; Universidade Federal do R.G.do Sul

---

### **RESUMO:**

Esboçado nas trilhas de questionamentos sobre a tomada do sujeito jovem como objeto de investimento, este artigo trata de colocar em destaque as articulações do processo de objetivação da juventude; mais precisamente, busca problematizar como vêm sendo constituídas as práticas de institucionalização voltadas para essa população no país. O fio condutor para esta análise parte uma instituição de apoio socioeducacional localizada na cidade de Pelotas/RS – o Instituto de Menores D. Antonio Zattera (IMDAZ). Para essa discussão, este trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault para problematizar a configuração dos movimentos de intervenção sobre o sujeito jovem no decorrer da história. Percorre, para tal fim, brevemente as condições de possibilidade para o surgimento das práticas de institucionalização no Brasil, articulando como estas foram tomadas por políticas públicas de juventude.

**Palavras-chave:** sujeito jovem; práticas de institucionalização; políticas públicas

---

### **ABSTRACT:**

Sketched on the tracks of questioning the taking of the young subject as an object of investment, this article aims to highlight the articulation of the objectifying process of the youth; more specifically it intends to problematize how the institutionalization practices have been constructed towards this population in the country. The conducting line for this analysis emanates from a socio-educational foundation located in the city of Pelotas/RS – the so-called Institute of Minors D. Antonio Zattera (IMDAZ). For this discussion, this paper bets in the genealogical strategy put forward by Michel Foucault in order to problematize the configuration of the intervention movements over the young citizen in elapsing of history. Thus, it runs briefly on the conditions of possibility to the emergence of institutionalization practices in Brazil, articulating how these practices were taken by youth public politics.

**Key-words:** young subject, institutionalization practices, public politics

---

“Para o alto  
Juventude  
Do instituto, nosso lar  
Para a frente  
Juventude  
Futuro conquistar.  
Das lições provenientes da vida,  
do exemplo emanado da cruz,  
da ciência da escola aprendida,  
para a Pátria os seus jovens conduz.”  
(Hino do Instituto de Menores de Pelotas, 1969)

### **O início do percurso**

Ao pesquisar informações sobre a juventude nos últimos anos, descobrem-se dados apontados pelo *World Youth Report*, os quais apresentam os jovens como constituindo 18% da população mundial, mostrando que, em comparação a registros anteriores, nunca houve conhecimento de porcentagens tão expressivas como as atuais (UNITED NATIONS, 2007). O relatório destaca que os desafios no campo das políticas públicas voltadas para os jovens encontram-se não somente no que tange a questões relativas ao bem-estar desse grupo, mas na ênfase concedida a um investimento de cunho muito mais complexo, atingindo uma multiplicidade de áreas – educação, cultura, saúde, desenvolvimento social etc. – que vão proporcionar a formação dos sujeitos.

Já no Brasil, segundo estatísticas apresentadas pelo IBGE (*apud* BASTOS, 2006:304), a evolução da juventude apresentou diferenças marcantes em relação à população total, havendo uma queda no seu ritmo de crescimento entre as décadas de 1970 e 1980 (de 3,0% ao ano para 1,2% ano), voltando a elevar-se nos anos de 1990 (para 2,0% ao ano). Apesar de justificarmos este estudo ao reconhecer o quanto a juventude vem ganhando maior relevância na agenda política do país, tornando-se alvo de investimento principalmente de políticas públicas do Governo Federal, apontamos que tais estatísticas vêm servir menos de justificativa para pesquisas e, enfim, para a escrita que aqui toma forma, do que como tecnologias as quais vêm legitimar um sujeito jovem alvo de intervenções.

Isso significa dizer que, ao serem assinalados dados como os referidos anteriormente, o sujeito jovem deixa de ser considerado como indivíduo para ser tratado como uma população – população essa que apresenta traços particulares e saberes específicos e sobre a qual recai uma preocupação na mira de práticas de governo. Nesse

sentido, a finalidade deste artigo está em fazer um exercício genealógico sobre quando e como as práticas de institucionalização da juventude surgiram no Brasil e a que políticas públicas elas correspondem.

O presente trabalho aborda, desta forma, a temática da juventude, buscando problematizar como vêm sendo constituídas as práticas de institucionalização voltadas para o sujeito jovem no país. Compreendendo que estas práticas estão inseridas nos mais diversos campos de atuação, foi eleita uma instituição de apoio socioeducacional para crianças e adolescentes – O Instituto de Menores Dom Antonio Zattera (IMDAZ), localizado na cidade de Pelotas/RS – como recorte para os delineamentos aqui esboçados. Para tal, foram utilizados os documentos históricos da fundação do local, bem como *folders* de apresentação do estabelecimento e reportagens sobre ele.

Diante disso, em um primeiro momento será delineada a posição metodológica adotada neste trabalho, apresentando os deslocamentos na direção de uma crítica sobre o modo de olhar o sujeito. Após, serão percorridas as condições de possibilidade para a emergência das práticas de institucionalização da juventude no Brasil, tendo como fio condutor para esta análise o Instituto mencionado anteriormente. A seguir, são tomados dois marcos na constituição das intervenções voltadas ao sujeito jovem brasileiro: os movimentos de higiene social dos ‘desvalidos’ e, após a queda do Código de 1927, a transformação do jovem ‘menor’ em cidadão . Posteriormente, finaliza-se o artigo discutindo a articulação entre as práticas de institucionalização e como estas são tomadas por políticas públicas de juventude.

### **Pensando o sujeito jovem sob o olhar da genealogia**

Nas reflexões sobre o desejo de utilizar o IMDAZ como recorte para este trabalho, percebe-se que a escolha não é acidental. Ao discorrer sobre a trajetória da Instituição, é possível ver o quanto ela se mostra articulada com as práticas de institucionalização da juventude no Brasil e, mais ainda, ao tecer seu percurso, torna-se possível problematizar a constituição do sujeito jovem como uma população alvo de investimento de práticas institucionais, de políticas públicas e de governo. Vale ressaltar que ao partir do Instituto não o fazemos com a finalidade de julgá-lo, como se houvesse uma supremacia estabelecida ali, pois não acreditamos que os discursos se mantenham isolados ou que se deem a partir de simples relações causa/efeito, mas que se produzem a partir de múltiplas relações de saber/poder que perpassam e vão dar cor ao funcionamento daquilo que se toma por verdade. Assim, este artigo se construiu a partir

de reflexões sobre “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição” (FOUCAULT, 2007:182).

Os objetivos deste artigo passam, portanto, por um caráter que busca sair dos discursos ditos e escritos. Tomando o discurso como conjunto de práticas que produzem sujeitos, a metodologia deste trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault para problematizar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Em outras palavras, conforme incitam Veiga-Neto e Lopes (2004:232), “ao invés de nos concentrarmos apenas no imediatamente visível do texto imagético, talvez possa ser mais produtivo tentar lê-lo a partir do tempo e do espaço que ele evoca”. Todavia, para caminhar nesse movimento de análise, é necessária a clareza quanto ao lugar de onde falamos, que é o do estranhamento, o de colocar em destaque as articulações do processo de subjetivação do sujeito jovem, um lugar de movente na arbitrariedade, o lugar da genealogia.

Ao tratar a pesquisa como um exercício genealógico, a ordem cronológica dos acontecimentos não é tomada como prioridade; todavia são investigadas as condições de possibilidade de emergência para a constituição da juventude como um conjunto heterogêneo de saberes e práticas. Isso não significa, entretanto, homogeneizar a história, mas reconhecer os efeitos que determinados fatos e desenrolar de eventos têm sobre os movimentos contemporâneos. Sob esse viés, a genealogia

*...busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela busca recorrências e jogo ali onde progresso e seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. Ela evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis. (DREYFUS & RABINOW, 1995:118).*

A idéia de lugar genealógico nos faz entender que as práticas de institucionalização não fazem parte de uma moldura fechada, mas ocorrem como um jogo de vários discursos que transbordam no terreno da economia, da saúde, do direito, da educação, e assim por diante, e que vão formatando um campo que produz sujeitos. Dito de outra forma, para problematizar como o sujeito jovem se constitui objeto de intervenção, é preciso rastrear os efeitos que certas práticas oblíquas têm na formação da categoria juventude. Compreendendo isso, a sua produção não será pensada somente olhando para aquilo que envolve diretamente a questão da juventude, mas sim ao dar voz para uma rede de acontecimentos que, indiretamente, produzem efeitos sobre a constituição dessa categoria. Por essa razão o título deste artigo apresenta-se como a

busca pelas ‘trilhas’ do sujeito jovem; afinal, são muitos rumos que compõem o movimento de sua produção.

Porém, antes de deslocar a história e partir para a trilha singular das intervenções sobre o sujeito jovem, cabe explicar a escolha por não trabalhar com a noção de adolescência ou incluí-la dentro de uma ‘categoria juventude’. Referente a isso, faz-se alusão a Coimbra *et alii* (2005), quando apontam para a naturalização que existe sobre a adolescência, que se cristalizou como objeto natural com características universais e atributos invariáveis associados. Tendo nas ciências humanas o apoio para a legitimação dessa ‘fase da vida’, ao adolescente é determinada uma identidade e homogeneidade, fazendo com que seja aprisionado em um cárcere evolutivo, cuja sentença é ser o sujeito resultante de um processo desenvolvimentista.

De tal modo, este artigo alia-se à postura de Bocco (2009, p.81) quando revela que “pensar em juventude pareceu, até agora, a melhor forma de trazer uma intensidade invés de uma identidade (...). Com esse deslocamento, ganham relevo as forças mais que as formas, enfatizando processos onde parecia haver apenas produtos”. Dessa forma, emprega-se a juventude, com seus limites e possibilidades, com o intuito ingênuo de tentar romper com noções pré-estabelecidas e caminhar por lugares estranhos.

Contudo, é necessário esclarecer que, ao optarmos por juventude, tampouco pretendemos fugir de instituídos, pois se acredita que independentemente de onde o sujeito é tomado – como adolescente ou jovem, criança ou idoso, *hippie* ou militar, casado, solteiro ou noivo... – ele fará parte de um sistema de governo e regimes de verdade, agindo sobre ele determinadas capturas. Isso significa que o importante, então, é salientar a existência de um sujeito jovem que começa a tomar forma a partir da constituição de uma nova racionalidade de governo. Uma noção de juventude que aparece no momento em que se constitui uma urgência histórica, quando o sujeito jovem é visto como vida a ser manejada, que vem gritar o estabelecimento de um novo campo de saber: de uma população que é preciso abarcar, de um novo corpo que se precisa monitorar e que vai surgir como o jovem/a juventude/uma população juvenil.

Da mesma forma, torna-se necessário colocar o que se compreende por ‘práticas’ e qual significado é atribuído à terminologia ‘institucionalização’. Primeiramente, a questão das práticas torna-se essencial, pois o domínio de análise foucaultiana ocorre das localidades para os universais, ou seja, se a busca é por um sujeito jovem, deve-se partir de práticas localizadas em certo tempo e espaço histórico

para indagar como esse foi sendo constituído. As práticas locais são entendidas como fenômenos concretos que demarcam a formação de “domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (FOUCAULT, 1996:8). Considerando isso, as práticas são tomadas como ações que transcorrem na história, operando sobre os indivíduos e dirigindo o modo pelo qual eles se conduzem e devem ser conduzidos, fabricando-os sujeitos.

Nesse sentido, institucionalizar não diz respeito somente a ações de encarceramento ou à internação de pessoas em estabelecimentos fechados ou abertos, mas ao conjunto de regras e discursos anônimos que estabelecem regimes de verdade, legitimando e formatando modos de ser sujeito (FOUCAULT, 1996). Assim, compreendem-se práticas de institucionalização como as verdades que atravessam e fabricam sujeitos. Ao problematizar o conceito de institucionalização, Lins e Cecílio (2008) assinalam o quanto o movimento institucionalista francês, no qual se destacam trabalhos como os de René Lourau e George Lapassade, contribuiu para modificações da noção de instituição no decorrer da história. Baseado nesses autores institucionalistas, esse conceito foge da ideia fechada de estabelecimento, local ou organização, e passa a ser considerado como um permanente processo histórico e social.

Colocar a juventude sob esse viés é considerá-la como algo que é constantemente produzido no decorrer da história. Significa questionar as condições que deram sentido e corpo a essa categoria juvenil, pensando o sujeito jovem a partir de sua gênese. Lobo (2008) mostra que seria adotar uma postura em que se recusa a naturalização do objeto e tomá-lo como acontecimento. Nesse ponto, a autora esclarece que tomar determinada população e suas práticas como instituição significa:

*Trabalhar o passado, seguir a trilha das antigas proveniências, articular pontos de emergência das atuais formações (...) é tomá-las imediatamente em sua historicidade, admitindo que, no mesmo momento em que surgiram certos cuidados com elas, começaram a engendrar-se não só os sentidos que hoje lhes atribuímos, como a preocupação com seus destinos (LOBO, 2008:20-21).*

Tendo colocado, neste estudo, o modo como serão articulados os conceitos práticas e institucionalização com aquilo que tomamos por juventude, passamos a buscar as práticas de institucionalização que foram constituindo o sujeito jovem na história brasileira para, logo adiante, pensar como essas foram tomadas por políticas públicas de juventude.

## **O discurso do Instituto – espelho das práticas de institucionalização do sujeito jovem**

Ao pesquisar no arsenal de documentos sobre o nascimento do IMDAZ, encontra-se, entre papéis amarelos e novas impressões, um *folder* publicitário divulgando a Instituição. Datado de 2004, apresenta a atual direção, bem como os trabalhos que são desenvolvidos no local. No anverso, há uma foto da entrada do Instituto onde, centralizados abaixo da inscrição “Instituto de Menores” e sentados nos degraus de cimento cinza, estão os jovens que lá freqüentam estudando no turno inverso à escola, bem como participando de oficinas profissionalizantes. No verso, abaixo do símbolo-chave do Instituto – um menino sendo carregado por outro – encontra-se o lema do local “Ele não pesa, é meu irmão”, seguido da seguinte mensagem “Instituto de Menores D. Antonio Zattera: ...e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu... pois foi edificada sobre a rocha”.

Ao questionar o modo como o local foi constituindo-se na história do nosso país, fomos pesquisar as pedras que deram subsídios para sua fundação e, ao fazê-lo, é possível visibilizar o quanto a sua história borda-se com determinadas linhas que atravessam e sustentam sua existência, as quais revelam, por sua vez, os movimentos das práticas de institucionalização do sujeito jovem no país. Nesse sentido, por pedras compreendem-se os processos e as particularidades que serviram de condição de possibilidade para a criação dessa Instituição de cunho assistencial e filantrópico voltada para a população juvenil.

É na transição dos anos dourados para a década de 1970, em meio a movimentos de regime militar, entre resistências e perseguições, pouco antes do título de tri-campeão mundial de futebol e do grito dos “noventa milhões em ação, pra frente Brasil”, que nascem o símbolo, lema e hino (o qual aparece na epígrafe deste trabalho) do IMDAZ. A partir de reflexões feitas sobre a história do Instituto, é possível percorrer as tramas da própria história brasileira em torno do processo de objetificação da juventude. Ao olhar a gênese de construção do Instituto e dos discursos que ali tomam forma, pensamos nos rumos que agenciam a constituição do sujeito jovem como alvo de investimento no campo das políticas públicas: como futuro da nação, população para a pátria servir, ninguém segura a juventude do Brasil<sup>1</sup>.

Entre os movimentos que deixaram sua marca na construção do Instituto, a escravidão encontra-se em primeiro plano. Em um país que tem como herança mais de 300 anos de escravidão, não é possível falar das ações sobre o sujeito jovem sem

mencionar os rastros deixados pelo regime escravocrata no Brasil, principalmente quando se investigam as condições de emergência que contribuíram para práticas de institucionalização sobre a juventude. Na história da cidade de Pelotas, as marcas desse regime podem ser vistas até o presente.

*As charqueadas na beira do rio são apenas a face visível de um gigantesco matadouro subterrâneo, as pontas de um iceberg de bois degolados que esse tabuleiro de ruas com belas moradias acoberta. (...) Fábricas de sabão, de velas e curtumes também estão a pleno vapor embaixo de nós. (...) Qualquer pobre-bicho que transite nestas ruas sente algo aristocrático em seu andar. (...) Só o tiquetaque desordenado das charretes pode expressar a passagem do tempo por aqui. Atenção, lá vem a guria. Ela não é nada, mas julga-se uma delicada princesinha que leva pastéis de Santa Clara para a avozinha baronesa (RAMIL, 2008:127-128).*

Sendo a única colônia francesa do Rio Grande do Sul (BETEMPS, 1999), Pelotas ou a “Princesa do Sul” – como conhecida por seus contemporâneos – traz os efeitos da colonização européia não somente no cultivo das famosas compotas de pêssego, nas receitas de doces aprendidas por gerações de serviçais ou pela fama dos costumes delicados; nas palavras de Magalhães (1993:9). “[é] regra geral caracterizá-la através de conceitos como riqueza, opulência, refinamento, elegância, cultura e até aristocracia”. Os filhos dos novos barões, enviados a Paris para aprender o requinte e o culto às letras e à arte, voltavam também com a vontade de prosperidade e soberba, o que gerava a busca pelo aumento da mão-de-obra escrava a fim de potencializar a pequena vila graciosa em uma cosmopolita urbana à francesa.

Hoje conhecida por seus casarões robustos, pelas belas charqueadas sedes de formaturas e casamentos, e pelos doces tradicionais, Pelotas surgiu como terra fértil no polo escravista, uma vez que se situava privilegiadamente entre arroios e campos para criação de gado (MONQUELAT, 2009). O trabalho do charque, carne salgada e seca ao sol, exigia lide violenta do trabalhador, o que colocava os escravos como os corpos adequados para a produção nos *saladeros* (charqueadas). Com grande parte da sua população composta por escravos – em seus primeiros anos, estima-se que metade da população pelotense era de escravos (BAKOS, 1982) –, os senhores das terras sofriam grandes movimentos de resistência e fugas escravistas em massa, o que gerava um aumento de medidas disciplinares mais intensas voltadas para o melhor adestramento dos sujeitos. Porém, é no auge das torturas e punições aos escravos que também surgem movimentos de outro cunho, voltado não para a mortificação dos servos, mas para sua salvação.

O Solar da Baronesa, obra arquitetônica construída por escravos e tombada como patrimônio histórico de Pelotas, guarda a história de um barão charqueador, de sua baronesa e da filha Sinhá Amelinha que lá moravam. A família tornou-se conhecida por dar alforria aos escravos antes mesmo da Lei Áurea ser instituída (LOPES *et alii*, 2003); as mulheres da casa distinguiam-se por sua benevolência e assistência aos carentes. Entre a salvação e a obediência, vamos observando os efeitos da escravatura em Pelotas e como são iniciados os rituais de atenção aos jovens desvalidos.

Tanto a questão do condicionamento e submissão dos jovens negros e pobres como o ideal de salvação desses inglórios podem ser observados no discurso oficial de inauguração do Instituto (1959:3-6). Segue assim disposto em suas linhas:

*Nascidos sem lar, sem aconchêgo, sem conforto, sem proteção, sem noções mais rudimentares de convivência - essas crianças encontram, aqui, vencidos os receios iniciais da surpresa, aquilo que, impiedosamente, a vida lhes negou, marcando-os com o signo da desgraça, como ferrete a conspurcar a pureza de suas almas juvenis. Não são elementos perniciosos, nem perdidos, nem nocivos. São simplesmente, elementos apartados da linha humana, por estas contingências do destino. (...) Este "Instituto" poderia ostentar, no pórtico, o dístico honroso de "Templo do Trabalho". Realmente, aqui se enraíza, no âmago de cada jovem, a idéia de que, na exaltação magnífica de Ruy Barbosa<sup>2</sup>, "o trabalho não é castigo: é santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom. Tudo que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil. (...) Já o notável Leão XIII<sup>3</sup>, na sua referida mensagem de confraternização das classes, em fins do século XIX, afirmava com ênfase: "O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como vis instrumentos de lucro e não os estimar senão na proporção do vigor de seus braços".*

Apesar de, ao final do discurso oficial, os fundadores colocarem o quanto o Instituto busca "redimir os erros sociais, como já se antecipara, no passado, à abolição da escravatura negra no Brasil" (DISCURSO OFICIAL, 1959:8), observam-se na fala proferida acima os efeitos do regime escravo na preocupação com a fortaleza do corpo (corpos possantes para potencializar a produção), na domesticação da alma (corpos dóceis para serem bem governados), na urgência para o trabalho (corpos úteis para a capitalização dos senhores da terra) e na diferenciação entre os benfeitores e seus assistidos, ou seja, a noção de filantropia como salvação para aqueles considerados "simplesmente, elementos apartados da linha humana" (DISCURSO OFICIAL, 1959: 3).

Esse discurso mostra o surgimento de estratégias para chamar a população jovem para o trabalho. Isso se deve ao legado da escravidão, pois quanto à questão do trabalho ainda vigorava o peso da servidão. Para ser retirado esse teor, esse estigma de condição servil, era preciso cativar a sociedade e, principalmente, o seu ponto forte – a população jovem – para o trabalho, que se torna, assim, o lugar de dignidade e a saída

do ócio que vingava nas cidades. Entretanto, para esse movimento acontecer, a Igreja une-se ao Estado oferecendo o trabalho como salvação: “o trabalho não é castigo: é santificação das criaturas” (DISCURSO OFICIAL, 1959:5). Dessa forma, pode-se observar que, mesmo 70 anos após a Lei Áurea, o cativo ainda permanecia, pois os grilhões tomavam a forma de vigilância sobre os considerados desclassificados e vadios, ou seja, a grande massa que explodia nas zonas urbanas.

### **Depois da escravidão... a institucionalização no ‘cuidado’ ao jovem desvalido**

Com a chegada do industrialismo solapando a escravidão, a crescente população de ‘homens livres’ acaba culminando em uma saturação do mercado de trabalho. Tal fato acaba provocando aumento excessivo da pobreza nas cidades, gerando aquilo que se toma por ‘resíduos marginais’ ou, conforme influências dominantes (médicos e juristas, por exemplo) os nomeia, os degenerescentes e as classes perigosas. Vai compondo-se, assim, o quadro de institucionalização do sujeito jovem, uma vez que a juventude passa a ser alvo de investimento nessa sociedade industrial.

Nesse momento de falsa liberdade – falsa porque mesmo tornando-se livres os sujeitos passaram a submeter-se a uma ordem social e a uma essência econômica voltada para o capital humano –, a intervenção sobre os jovens é fortalecida sob o cunho da ordem e do progresso – “os estimar senão na proporção do vigor de seus braços” (DISCURSO OFICIAL, 1959:6). Sendo visto como possibilidade de alteração do *status quo* cultural, o sujeito jovem passa a ser colocado como parte essencial no desenvolvimento da sociedade (MEDRADO *et alii*, 2002). Para conter, ajeitar e promover a juventude desclassificada a sua máxima capacidade, medidas contra a pobreza tornam-se necessárias. No meio dessa lógica capital, compreende-se que, para pôr os jovens no trabalho é preciso outra forma de purificação do corpo e da alma: é preciso manter a população saudável. Assim, entram em cena, nesse período, os propósitos para o movimento higienista, que emerge de um casamento entre juristas e médicos (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005).

Em 1923 era fundada, no Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Higiene, que tinha por missão erradicar os surtos epidêmicos e controlar a desordem social que se alastrava com o urbanismo. Na busca pela higienização do corpo social, as escolas começaram a adotar ensinamentos sobre hábitos saudáveis com o intuito de atingir a população adulta através de suas crianças. Isso provoca, concomitantemente, um mandato de repúdio à indigência e a classe trabalhadora passa a ser considerada ignorante. Dessa forma,

aqueles que não frequentavam a escola deveriam ser civilizados para a educação higiênica de outra maneira. Tem-se, aí, a articulação com as propostas do eugenismo.

Conforme o médico fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, Renato Kehl, a eugenia tinha como meta básica a regeneração de certos tipos (os pobres, os improdutivos, os considerados delinquentes, entre outros) para a melhoria da sociedade. Dito de outra forma, apoiando-se nos ideais darwinistas de evolução dos seres mais aprimorados, as práticas eugênicas visavam à purificação das raças. Enquanto grupos hegemônicos passavam a promover campanhas contra a reprodução daqueles considerados degenerados, cientistas estudavam formas de identificar e expor as ‘classes menores’, culminando no aparecimento de testes quantitativos que chegam para formatar e mapear os sujeitos impuros (BOARINI & YAMAMOTO, 2004). Com esse quadro, é possível perceber a importância da instituição educação na prevenção daqueles chamados desviantes, expondo uma operação doutrinal, associada ao projeto da modernidade de ordem e progresso, que vai colocando os corpos mundanos no patamar da ciência.

Ambos os movimentos são importantes, pois, a partir das práticas sanitárias que deles decorrem, vai sendo construído um instituído de higiene social sobre a juventude pobre. Os efeitos dos imperativos sanitários podem ser vistos inclusive nos dias de hoje, quando a crença na higiene tornou-se mandato coletivo: creches e escolas primárias ensinam as crianças a escovar os dentes, a lavar as mãos antes e após as refeições e, em entidades sociais, vê-se a instrução para uma rotina de saúde pública. Retornando para o início do século XX, sob o pano de fundo de cunho sanitarista, vemos os anos 1920 e 1930 sendo marcados pelo fortalecimento de políticas de internação à população juvenil que vaga pelas ruas, fazendo com que as figuras dos meninos desvalidos e abandonados transformem-se na do ‘menor’.

Nascem, assim, os ‘jovens anormais’ e, para acompanhar a regulamentação dessa população, novos dispositivos de controle em torno da norma, do que se deve ou não fazer com eles, vão surgindo. O crescimento das políticas de controle infanto-juvenis no país são exemplos desses dispositivos normalizadores que emergem tendo como preocupação inicial a higienização social daqueles que desordenavam as áreas urbanas – o jovem acaba sendo considerado tanto um perigo como um fardo social. Sob esse discurso, promove-se a criação do Juizado de Menores em 1923 e, logo imediatamente, em 1927, o surgimento do primeiro Código de Menores.

Nos entremeios dos movimentos de vigilância sobre os ditos ‘menores’ é possível observar o arranjo das pedras de fundação do Instituto de Menores referido desde o começo desta escrita. Eis que nascia em Pelotas no dia 3 de julho de 1924, instituída pelo Bispo da cidade, a Associação Protetora de Meninos Desvalidos. Posteriormente nomeada como Asilo de Meninos Desvalidos, essa organização é o atual Instituto de Menores D. Antonio Zattera. Durante os primeiros anos de sua existência (década de 1920), o Instituto foi mantido pelos irmãos Lassalistas, substitutos dos Padres Jesuítas<sup>4</sup> que, juntamente com a colaboração de abastados segmentos da sociedade, conseguiram construir um prédio próprio para alojar os ‘menores’. Esses eram meninos entre 8 e 18 anos, que ali ficavam em regime de internato recebendo instrução moral e profissional. Apesar de a faixa etária da gurizada que frequenta o Instituto permanecer a mesma, o sistema de moradia se manteve somente até início dos anos 1980; a partir dessa década o local abriu suas portas para jovens de ambos os sexos, provindos de famílias carentes.

Esses movimentos que envolvem o IMDAZ, desde sua abertura como casa de ‘retenção’ e ‘moralização’ dos inválidos sociais até o caráter catequizante, ‘docilizante’ e redentor pelo trabalho apresentado em seu discurso oficial, demonstram como as práticas de institucionalização sobre essa população jovem vão sendo construídas sob os artifícios de intervenção, de prevenção e de controle. Quanto a isso, Bulcão (2002) destaca que a implementação de órgãos específicos para tratar do jovem desamparado, como o Departamento Nacional da Criança – criado em 1940 com o intuito de ordenar atividades concernentes ao cuidado, à maternidade, à infância e à adolescência – e o Serviço de Assistência a Menores – criado em 1941 para dirigir todo o serviço de auxílio e proteção aos jovens desvalidos e delinquentes – reflete a manutenção da norma e disciplina com o intuito de tornar esses ‘menores’ menos ameaçadores para a sociedade elitista, gerando, portanto, a noção de saúde social.

A mesma autora apresenta a compreensão acerca do termo ‘menor’, que envolve um entendimento para além da menoridade relacionada a questões penais. Longe de lembrar a lógica dos devires e acontecimentos singulares propostos por Deleuze e Guattari<sup>5</sup>, esta ‘menoridade’ aqui colocada está vinculada à problemática de ameaça do pobre ao poder público, uma vez que crianças abandonadas transcorrem pelas ruas a partir de mudanças políticas e econômicas que ocorreram no país (abolição da escravatura, vinda de imigrantes europeus, saturação das cidades).

Em um artigo publicado no conhecido jornal *Diário Popular* da cidade de Pelotas (PICCININI, 2002), foi possível recuperar informações sobre as autoridades que colaboraram para a fundação da atual casa onde se localiza o Instituto. No referido texto é informado que, dentre as célebres presenças que ajudaram o antigo Asilo de Meninos Desvalidos a se transformar no Instituto de Menores de Pelotas, destacam-se, além do bispo fundador, o juiz de Menores e o delegado da época. Era 1944 e essas figuras nomeavam tal instituição “com a finalidade de amparar e recuperar os menores abandonados e desajustados do sexo masculino que não possuíam recursos”, conforme discorrido em documentos históricos do local.

Bispo, juiz e delegado: a salvação, a lei e a segurança. Essa trilogia vem determinar como o sujeito jovem deve ser e como deve se comportar nos limites do que é correto e aceito, ou seja, esse trio ajuda a sinalizar as diferentes curvas de normalidade da juventude. Sob a moral da Igreja, sob as regras da lei e sob a vigilância da polícia, ocorre um processo de legitimação do sujeito jovem. Consequentemente, as casas de assistência e amparo surgem sob o olhar da vigilância e do controle, ligadas às medidas higienistas, com o intuito de ‘proteger’ e tirar os menores da rua. Assim, vai tomando forma a noção de periculosidade em que “o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos” (FOUCAULT, 1996:85), ou seja, o perigo não está no que se faz, mas no que se pode fazer.

A assistência apresenta-se, como visto no discurso do IMDAZ, como sinônima de programas para reeducação, internação e preparação para o trabalho (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005). A disciplinarização dos jovens ‘desviados’ vai mostrando uma “cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008) e, dentro de uma lógica preventiva e de segregação, o instituído do violento nato vai se espalhando capilarmente na sociedade, arraigando os modos de ser e viver de cada indivíduo, em cada fala, a cada discurso científico e nos saberes que se manifestam, produzindo e forjando sujeitos. Assim, um complexo sistema político social vai sendo criado, cujos instrumentos se direcionam à tessitura de um sujeito jovem próprio. Nesse palco,

*[a]s políticas, bem diferentes entre si, de parcerias preventivas e de segregação punitiva deveriam ser vistas, ambas, como iniciativas político-administrativas que jazem sobre esta superfície social e que são condicionadas pelos contornos e características desta. Longe de serem criação exclusiva dos políticos ou da mídia, tais estratégias dependem – para sua operação prática, bem com para seu apoio político – de arraigados modos de pensamento, rotinas de ação e de estruturas de sentimentos que recentemente vieram a caracterizar a sociedade civil (GARLAND, 2008:347-348).*

Nessa floresta discursiva, observa-se o quanto o surgimento das práticas de institucionalização da juventude no Brasil é permeado pelo olhar sobre as deficiências e sobre os problemas relacionados aos jovens, produzindo estigmatizações, normalizações, regulamentações. Porém, na segunda metade do século XX, vemos surgir acontecimentos no campo dos direitos humanos que tanto causaram movimentação nas práticas adotadas no IMDAZ como também provocaram questionamentos sobre a terminologia ‘menor’. Alguns desses episódios mobilizaram outros modos de pensar o jovem, os quais, mais tarde na história do país, passam a ser envolvidos por políticas públicas de juventude.

### **Do ‘menor’ ao cidadão: novos discursos, antigas práticas**

Tendo visto, anteriormente, o surgimento de certas práticas de institucionalização do sujeito jovem – os resíduos da ordem escravocrata, o controle sobre a juventude pobre, a questão dos desvalidos e ‘menores’, a internação, educação e ressocialização dos jovens marcados “com o signo da desgraça” (DISCURSO OFICIAL, 1959:3) –, passamos para a segunda metade do século XX, na qual começam processos diferenciados no país. Nesse período, vemos as práticas de institucionalização do sujeito jovem sendo tomadas por políticas públicas de juventude.

Como isso ocorre? Sob os discursos dos direitos humanos, de proteção à população infanto-juvenil que se encontra em situação de risco, de inclusão social e resgate da cidadania. Esses discursos vão promover a criação de outras estratégias de conduta sobre o sujeito jovem, as quais passam a ser reguladas não apenas pela disciplina que controla os corpos juvenis para a obediência e servitude, mas por aparatos de normalização que vêm conduzir o sujeito jovem para o manejo de sua circulação: começa a ser manufaturado um sistema de ‘produção’ da juventude.

Sposito e Carrano (2003) revelam, ao delinear a trajetória das políticas públicas para jovens, o quanto as intervenções preventivas brasileiras têm seu caminho marcado pelo controle social daqueles considerados ameaças ao mercado capitalista. Os autores mencionam que, nesse campo, as ações sociais para a juventude tinham como finalidade um único objeto: controlar aqueles cujas virtualidades precisavam ser vigiadas, os criminosos em potencial, os jovens do desvio. Assim, eram necessárias medidas que os assegurassem como ‘futuros agentes cidadãos’, levando-os a sair da inatividade danosa. O combate ao perigo social acontecia nas práticas para capacitar, tornar apto e incluir o jovem, domesticando-o como cidadão.

Vale ressaltar que a noção de cidadania está intrinsecamente ligada com a questão dos direitos humanos. Sendo assim, torna-se imprescindível, no que tange à produção do sujeito jovem, discutir essa temática. Apesar do curto espaço de um artigo permitir abordar singelamente o assunto dos direitos humanos, é preciso ao menos mencionar certas informações sobre alguns movimentos que vão firmar a emergência de um sujeito jovem de direitos como, por exemplo, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. Coimbra (2001) ressalta que, apesar de ser um marco da história mundial, os direitos humanos defendidos por esse movimento apontam “quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos” (p.141); dito de outra forma, esses direitos também são compreendidos como objetos produzidos sócio-historicamente. A autora nos mostra que, no Brasil, novas políticas voltadas para os direitos da população aparecem na resistência à ditadura militar que assolou o país com o golpe de 1964. Com a luta pela liberdade de expressão, novas propostas de ação social e políticas tomam forma no cenário brasileiro até que, em meados da década de 1980, chega-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que vem colocar os direitos humanos no campo de ação das políticas governamentais.

Após a Constituição de 1988, na esfera infanto-juvenil vemos o surgimento da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. A partir desse episódio, novos paradigmas são postos em cena para incorporar as legislações, afirmando o valor das crianças e dos adolescentes como portadores da continuidade do seu povo, da sua família e da espécie humana. Sendo reconhecida a sua vulnerabilidade, essa população passa a desenvolver um novo papel, aparecendo como merecedora de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual, por sua vez, deverá atuar através de políticas específicas para o atendimento, a promoção e a defesa de seus direitos. Uma implicação dessas articulações é a criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – que vai, então, delinear normas que dirigem a proteção da infância e adolescência visando o desenvolvimento integral desses sujeitos, estipulando os direitos concernentes desde a convivência familiar até a comunitária, e determinando também os processos de lazer e socialização que fazem parte dos cuidados adequados de toda criança (BRASIL, 1990).

O ECA surge para descolar os sentidos do termo ‘menor’ das crianças e adolescentes pobres, ‘carentes e necessitados’, buscando engendrar novos parâmetros de compreensão acerca da infância e juventude. Hüning (2003) menciona que a promulgação dessa lei promove uma série de mudanças no que tange às práticas e

políticas voltadas ao novo ‘sujeito de direitos’ que ela regulamenta. Porém, a autora alerta que, apesar de garantir que o ‘menor’ deixe de existir legalmente, essa terminologia ainda se mantém nos discursos de várias práticas e ações com infantes e adolescentes.

Da mesma forma, mesmo o ECA possibilitando uma mudança nos enfoques pragmáticos e um avanço nas práticas institucionais voltadas para a população infanto-juvenil, Cruz *et alii* (2005) indicam que ele traça uma normalização da infância, a qual passa a predispor uma essência fixa e imutável a ser seguida, caracterizando os jovens em um patamar que promove políticas de atendimento e medidas de proteção que produzem rotulações sobre a alteridade. Em outras palavras, surge um roteiro sobre os modos de ser sujeito, sobrando para aqueles que não o seguem (os que não frequentam a escola, os meninos de rua, os infratores, aqueles que não têm certidão de nascimento, etc.) o estigma de estarem fora do que seria considerado normal. Assim, apesar de insurgir uma oposição referente ao ‘menor’, ainda se fazem presentes os discursos que vêm marcar aqueles considerados ‘fora da lei’, os excluídos do padrão da normalidade.

Além do ECA, temos a introdução da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº. 8.742, de 1993. Juntos, eles promovem uma atenção à criança e ao adolescente que se encontra em ‘situação de risco’ pessoal e social. Esse discurso do risco acaba rotulando os excluídos mencionados anteriormente, produzindo regulamentações sobre modos corretos de ser gente, o que, conseqüentemente, passa a determinar maneiras de conduzir a população juvenil. Assim, constitui-se um sistema de práticas que vão produzir e institucionalizar uma juventude ideal e universal. Tais práticas podem ser observadas no IMDAZ através das ações desenvolvidas no local com parcerias com o Governo Federal.

Afinal, com a mudança dos parâmetros nos códigos infanto-juvenis, esses ‘menores’ passam a fazer parte de novos aparatos, estando contidos em projetos de organizações filantrópicas, programas de inclusão e em funções sociais de universidades. Esse cenário mostra que os desviantes agora estavam incluídos nas leis, eram cidadãos: haviam recebido o diploma de preservação da vida, passando ao direito de ter direitos (CAMPOS, 2007). Assim, vemos os direitos da juventude tendo como finalidade não o sujeito jovem e suas necessidades, mas as suas funcionalidades para a economia, legitimando uma nova geração: a dos futuros ‘homens de bem’. Pode-se pensar a transição do ‘menor ao cidadão’ como exemplo disso, pois aqueles considerados à margem da sociedade, os delinquentes e abandonados – os desvalidos –

não mais eram marcados pela doutrina da situação irregular, mas passam a ser colocados na mesa das intervenções estatais, cujas malhas econômico-jurídicas fazem com que se movimentem as mais variadas políticas públicas voltadas para a população juvenil. Portanto, ao pensar em políticas públicas de juventude, as tomamos como expressão do jogo estratégico entre os direitos humanos e as relações de poder, como práticas de institucionalização que vêm reger os modos de ser jovem.

### **Aonde nos leva essa trilha: a atualização das práticas de institucionalização nas políticas públicas de juventude**

Tendo em mente que o Instituto realiza suas práticas em parceria com o Estado, destacamos a seguir os principais programas governamentais desenvolvidos no local. Conveniados com a Secretaria Municipal de Cidadania, são três as ações estabelecidas entre Governo Federal e Instituto: ASEMA, PAIF, PETI, as quais podem ser vistas ao abrir o *folder* de apresentação mencionado anteriormente. O Instituto articula-se com o primeiro desses projetos, Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), no momento em que oferece atividades, em turno inverso ao da escola, as quais visam promover a proteção, socialização e profissionalização da população infanto-juvenil que se encontra em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2003). O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) aparecem no Instituto através dos acompanhamentos feitos às famílias daqueles que lá frequentam. Ambos os programas buscam a prevenção e o combate aos jovens que se encontram em situação de risco, embora o PETI tenha também como objetivo a erradicação do trabalho infantil, estando “inserido em um processo de resgate da cidadania e promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão social de suas famílias” (BRASIL, 2009: s/p.). Nota-se que nos três programas aparece a preocupação com a proteção integral da população infanto-juvenil andando lado a lado com a questão do risco.

Com relação a isso, Cruz e Guareschi (2009) trazem a ideia de que as políticas públicas referem-se não somente a um domínio estatal, mas a uma comunidade de interesses. Isso significa dizer que, apesar de apresentarem distintos modelos e abordagens em sua atuação, as políticas públicas de juventude mostram-se formas de gerir o sujeito jovem, legitimando uma racionalidade que aponta um movimento de

exclusão e docilidade de determinados segmentos da sociedade, no qual a utilização do potencial humano de determinados grupos volta-se para a vantagem estatal.

Nesse sentido, vamos enxergando uma malha que absorve a vida do sujeito jovem. Uma trama que coloca as políticas públicas produzindo e sendo produzidas por práticas de institucionalização, por concepções que se tem sobre a juventude pobre e, inclusive, pelos sujeitos jovens que se tornam seus objetos de investimento e intervenção. Sposito e Carrano (2003) expõem que para intervir na população em questão, essas políticas de juventude passam a ajeitar práticas que promovem o desenvolvimento de capacidades e competências do jovem, bem como a sua inserção como projeto do governo do Estado.

Rose (1999) aborda a questão do sujeito cidadão mostrando como aquilo que se toma por cidadania coloca-se como uma produção histórico-social que aparece como uma nova maneira de controlar a população, uma regulação moral que se apresenta para dizer como os indivíduos devem se governar. O autor revela que, ao se tornar cidadão, o sujeito jovem passa a fazer parte de um jogo de igualdade que o coloca como membro integral da comunidade. Nesse sentido, as políticas públicas podem fazer uso da cidadania para requerer moralidades e habilidades do sujeito jovem.

Nas palavras de Rose (1999), as iniciativas que aludem uma preocupação pela juventude – as oficinas que pretendem propor maneiras de capacitar o jovem pobre ou os projetos do governo que objetivam incluir a juventude no campo social – “colocam-se, na verdade, como pânico moral: repetitivos e previsíveis eventos sociais nos quais certas pessoas ou fenômenos representam um campo de ansiedades sociais que diz respeito a ameaças à ordem estabelecida e aos valores tradicionais” (p.125). São as práticas de institucionalização da juventude que vêm produzir um instituído de conduta sobre o sujeito jovem: “técnicas de governo que atuam sobre essas almas anônimas, em meio a tecnologias de normalização, saberes e status dos *experts* que vão classificar os indivíduos tidos como ‘livres’ em um campo estratégico que os governam.” (ROSE, 2001:40). Dito de outra forma, as intervenções preventivas dispostas pelo Instituto como as propostas apresentadas pelas políticas públicas de juventude, que buscam a formação dos ‘futuros homens de bem’, constituem, sob esta ótica, novas tentativas de conter e governar os desviantes.

Portanto, compreende-se que as políticas públicas vão sendo constituídas por meio de uma preocupação com o jovem, o qual passa a estabelecer-se sob as diligências de problema, incorporando o sentido do risco, do diferente que precisa ser normalizado.

Vemos, então, a manutenção de uma racionalidade de controle e vigilância sobre essa população: são as antigas práticas de institucionalização do sujeito jovem tomadas por políticas públicas de juventude que, apesar de vigorarem por outros meios (projetos e ações sociais) e através de diferentes estratégias (o jovem não como ‘menor’ mas como ‘cidadão’, por exemplo), apresentam sutilmente um instituído de ‘menores’ que ainda permanece. Afinal, não é à toa que, após tantas mudanças em sua nomenclatura, o IMDAZ ainda se mantenha Instituto de Menores – "... e vieram as chuvas, sopraram os ventos e esta casa não caiu...".

### **Referências**

- ALENCAR, José. Deus está nos detalhes - Palestra em homenagem a Américo Jacobina Lacombe. In: *Ciclo "Efemérides 2009" na ABL*, 2009, [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB\\_JoseAlminodeAlencar\\_Deus\\_esta\\_nos\\_detalhes.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_JoseAlminodeAlencar_Deus_esta_nos_detalhes.pdf), acessado em 8 de maio de 2010.
- AMARAL, Giana. Ginásio Pelotense e Gonzaga: apontamentos sobre o ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. In: *IV Congresso Brasileiro da História da Educação, eixo temático 5, Historiografia da educação brasileira e história comparada*, 2006, <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo05/Coordenada%20por%20Norberto%20Dallabrida/Giana%20Lange%20do%20Amaral%20-%20Texto.pdf>, acessado em 8 de janeiro de 2010.
- BASTOS, Raul. Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), jul/dez, 301-315, 2006, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200007), acessado em 15 de abril de 2010.
- BAKOS, Margaret. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BETEMPS, Leandro. Aspectos da colonização Francesa em Pelotas. *História em Revista* (5), 117-135, UFPel, 1999, [http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Leandro\\_Ramos\\_Betemps\\_Volume\\_05.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Leandro_Ramos_Betemps_Volume_05.pdf), acessado em 10 de janeiro de 2010.
- BOARINI, Maria Lúcia & YAMAMOTO, Oswaldo. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista* 13(1), 59-72, 2004.
- BOCCO, Fernanda. *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.
- BULCÃO, Irene. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos ‘criança’ e ‘menor’. In: Maria Lúcia Nascimento (Org.). *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*, 61-73. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, 2002.
- BRASIL. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*. Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/DF, 2009, <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao->

- social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti, acessado em 2 de dezembro de 2009.
- \_\_\_\_\_. Plano Estadual de Assistência Social. *Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Rio Grande do Sul: Departamento de Assistência Social 2000-2003, 2003.*
- \_\_\_\_\_. Lei 8.069. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 13 jul, 1990.
- CAMPOS, D. *De 'menor' à cidadão: a trajetória de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. [filme-curta]. D. Campos, dir. Ceará: Perspectivas criação e produção áudio-visual, 2007.
- COIMBRA, Cecília. Psicologia, direitos humanos e neo-liberalismo. *Revista Psicologia Política, 1(1)*, jan./jun., 139-148, 2001.
- COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda e NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 57(1)*, 2-11, 2005, <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>, acessado em 13 de outubro de 2009.
- COIMBRA, Cecília & NASCIMENTO, Maria Lívia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes – Revista de Estudos sobre Juventud, 9(22)*, jan/jun, 338-355. México: DF, 2005.
- CRUZ, LÍlian & GUARESCHI, Neuza. *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CRUZ, LÍlian; HILLESHEIM, Betina & GUARESCHI, Neuza. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia e Sociedade, 17(3)*, set./dez, 42-49, 2005, <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>, acessado em 22 de janeiro de 2009.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Kafka. Por uma literatura menor*. México: Era, 1978.
- DISCURSO OFICIAL. Discurso Oficial de Inauguração do IMP. *Arquivos Históricos do Instituto de Menores D. Antonio Zattera*. Pelotas, 1959.
- DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 23.ed. São Paulo: Graal, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. (A. Nascimento, Trad.). Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- HÜNING, Simone. *Ordinário, marche! A constituição e o governo do risco social em crianças/adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo e BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima de arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- LINS, Auristela & CECÍLIO, Luiz Carlos. O discurso da institucionalização de práticas em saúde: uma reflexão à luz dos referenciais teóricos das ciências humanas.

- Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 483-499, 2008. Rio de Janeiro, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312008000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000300007&lng=pt&nrm=iso), acessado em 30 de novembro de 2009.
- LOBO, Lília. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- LOPES, A. E. M.; PAULA, D.C. & TOMASCHEWSKI, C. Museu da Baronesa: um lugar de memória da cidade de Pelotas. In: *XII Congresso de Iniciação Científica*. Pelotas: UFPel, 2003.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel / Livraria Mundial, 1993.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; NASCIMENTO, Pedro; GALINDO, Dolores; MORAES, Maristela; PEDROSA, Cláudio. “A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete” - Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direito. *Cadernos SEDES*, 22(57). Campinas, 2002.
- MONQUELAT, Adão. *Notas à margem da história da escravidão*. Pelotas: UFPel, 2009.
- PICCININI, Victorino. Instituto de Menores: sua origem. *Diário Popular*. Pelotas, RS, 2002, [http://srv-net.diariopopular.com.br/03\\_07\\_02/artigo.html](http://srv-net.diariopopular.com.br/03_07_02/artigo.html), acessado em 20 de dezembro de 2009.
- RAMIL, Vitor. *Satolep*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, 1(26), 33-57. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Governing the soul: the shaping of the private self*. 2ªed. London: Free Association Books, 1999.
- SPOSITO, Marília & CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39, 2003, <http://www.uspleste.usp.br/nasce/arquivos/educacao/juventudeepoliticaspUBLICASnobrasil.pdf>, acessado em 20 de novembro de 2009.
- UNITED NATIONS. *World Youth Report 2007 – young people’s transition to adulthood: progress and challenges*. Nova York: UM, 2007, <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr07.htm>, acessado em 20 de setembro de 2009.
- VATICANO. *Biblioteca Virtual do Vaticano*, 1891, [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html), acessado em 8 de dezembro de 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo & LOPES, Mara. Os meninos. *Educação & Realidade*, 29(1), 229-239. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2004.

Oriana Holsbach Hadler  
Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: [orianahhadler@terra.com.br](mailto:orianahhadler@terra.com.br)

Neuza M. F. Guareschi  
Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: [nmguares@gmail.com](mailto:nmguares@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Referência à música “Brasil eu te amo”, criada por Dom e Ravel em 1970, e utilizada posteriormente em ocasiões cívicas e políticas.

<sup>2</sup> Apesar de estar envolvido em um contestado episódio na história do nosso país – o de uma suposta queima de arquivos da escravidão – vale contextualizar que Ruy Barbosa foi Ministro da Fazenda em 1889, conhecido por ser contra a indenização que os ex-senhores escravagistas requeriam para reparar suas perdas com a abolição. Para maiores discussões sobre este personagem abolicionista e a destruição dos documentos relativos aos escravos, ver Alencar (2009), Lacombe *et alii* (1988).

<sup>3</sup> Leão XIII, eleito papa pela igreja Católica em 1878, foi conhecido por influenciar o pensamento social católico, tendo escrito a encíclica *Rerum Novarum* (em latim significa "Das Coisas Novas") na qual debateu as condições das classes trabalhadoras (VATICANO, 1891).

<sup>4</sup> A transição dos jesuítas para os lassalistas como ordem responsável pelo Instituto deve-se aos efeitos da I Guerra Mundial no movimento de colonização de certas confrarias no Rio Grande do Sul, uma vez que a congregação jesuítica alemã foi impedida de trazer demais prelados para o Brasil. Com isso, os jesuítas mudaram-se de cidade e tanto o IMDAZ como outros internatos e escolas de Pelotas passaram a ter sua administração gerenciada pela congregação lassalista (AMARAL, 2006).

<sup>5</sup> Cf. Deleuze e Guattari (1978).